



BORGES DE MEDEIROS E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NA CAMPANHA: AS RELAÇÕES POLÍTICAS DE BORGES DE MEDEIROS COM OS CORONÉIS DO REDUTO FEDERALISTA (1898-1908)

Jéssica Adriana Pacheco Groders¹

Introdução

O Partido Republicano Riograndense (PRR) esteve no poder do Estado do Rio Grande do Sul por quase 40 anos, tendo como principais líderes Júlio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros e desfraldando como bandeira a doutrina positivista de August Comte, que foi interpretada e adaptada por Castilhos na Constituição de 1891, influenciando tanto na própria organização partidária, quanto na prática governamental.

No mês de julho de 1891, Castilhos apresentou o projeto da Constituição estadual, que foi aprovado por unanimidade, e no mesmo momento foi eleito Presidente do Estado. Ainda nesse ano, em novembro, Júlio de Castilhos se exonerou da Presidência, por falta de apoio político e militar, assumindo o governo uma Junta Governativa que foi apelidada pejorativamente por ele de “Governicho”. Castilhos retornou à Presidência do Estado em janeiro de 1893, através de eleições fraudadas. Como forma de protesto à sua posse, onze dias após o ato a oposição deflagrou a Revolução Federalista (1893-1895).

Encerrada a guerra civil, Júlio de Castilhos permaneceu de forma firme e autoritária no poder até janeiro de 1898, quando foi eleito, por indicação sua, seu sucessor no comando do Estado e, na sequência, do partido: Antônio Augusto Borges de Medeiros. Castilhos ficou como chefe supremo do PRR até sua morte prematura no dia 24 de outubro de 1903, aos 43 anos, na sua casa em Porto Alegre, em decorrência de um câncer na garganta.

Borges de Medeiros herdou um governo organizado e articulado dentro da prática positivista e castilhista, cabendo ao novo governante sustentar a herança e aprimorar as relações de controle e domínio do partido republicano. Assim como seu emblemático antecessor, Borges de Medeiros

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em História pelo PPGH/UPF, bolsista UPF. E-mail: jessicagroders@gmail.com

também lançou mão de práticas coercitivas no seu modo de fazer política. Sandra Pesavento colocou que “se se pensa em Castilhos enquanto fundamento de uma ordem republicana, o mínimo que se pode creditar a Borges é o papel de cimentador e constante rearticulador dessas alianças”² fazendo menção às práticas de coerção e cooptação que a política borgista empregou com o intuito de preservar a legitimidade do governo.

O recorte temporal dessa pesquisa tem início no momento de posse de Borges de Medeiros, pela primeira vez na Presidência do Estado, em janeiro de 1898, e fim quando o mesmo encerrou seu segundo mandato, em janeiro de 1908, perpassando ainda a morte de Castilhos durante essa segunda etapa. O episódio de morte de Júlio de Castilhos é relevante, pois atingiu diretamente a carreira política de Borges de Medeiros, já que o mesmo acabou se tornando também chefe do partido (PRR).

É interessante observar que ambos os pleitos concorridos por Borges nesse primeiro momento foram vencidos sem a presença efetiva da oposição na concorrência. Já na sucessão borgista em 1908, com Carlos Barbosa, o candidato apoiado por Borges enfrentou a oposição de Fernando Abbott, pelo Partido Republicano Democrático (PRD), partido formado, em maior parte, por republicanos dissidentes do PRR.

Organização e consolidação do Partido Republicano Riograndense (PRR) e a doutrina positivista de Castilhos

Para sustentar um governo de molde republicano positivista, características inovadoras no Brasil em fins do século XIX, Castilhos entendeu ser necessária a existência de um partido coeso e organizado. No caso do PRR a coesão se dava em torno do líder máximo e supremo, o próprio Júlio de Castilhos, e a organização provinha da doutrina positivista aplicada pelo líder e o respaldo que tinha na Constituição promulgada por ele mesmo.

Quanto à doutrina positivista *comtiana*, que foi apropriada e adaptada por Castilhos, pode-se dizer que ele se valeu da organização política empregada pela mesma para lançar as bases de consolidação política de seu partido. Para tal, Castilhos utilizou o uso da propaganda partidária, através das páginas do jornal *A Federação*, e empregou o voto como ferramenta de legitimação, mesmo desacreditando-o, para compor um governo de pessoas capacitadas. Importante lembrar que o PRR organizava até assembleias nas cidades do interior para sustentar a falsa ideia de participação

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL: DIVERGS, 1990. p. 43),

pública na política que, como já se sabe, era totalmente ditada, organizada e feita por Júlio de Castilhos e suas teorias positivistas.

Ricardo Pacheco colocou que o PRR foi

um partido que, embora pequeno, era doutrinário no discurso e coeso na ação. [E foi] essa moderna estrutura partidária que possibilitou à geração de jovens republicanos tomar o poder das mãos da velha elite política imperial.³

A fim de conseguir divulgar o programa e a causa republicana a toda sociedade, o PRR consolidou uma imprensa totalmente partidária, através das páginas do jornal *A Federação*, fundado no II Congresso do partido, em 23 de março 1883, tendo sua primeira edição em 1º de janeiro de 1884. Periódico que serviu de bandeira ao republicanismo castilhista no Rio Grande do Sul, e que serve de base para comprovar tais pontos de vista na corrente pesquisa.

Outro elemento importante a ser observado é a organização do processo eleitoral estabelecida pelos republicanos e consolidada sobre a disciplinarização do eleitorado, mantendo os eleitores fieis ao partido (com cadastramentos constantes) e mostrando-lhes a importância de seu voto. Característica que contribuiu para o PRR se concretizar nas bases de seu próprio programa partidário.

Wenceslau Escobar⁴ colocou que mesmo que a descrença de Castilhos em processos eleitorais já tivesse sido expressa pelo próprio por mais de uma vez, o líder pretendeu vestir o manto de um governo de administradores qualificados tanto técnica e cientificamente, quanto moralmente, enquanto a oposição buscou trajar o regime de déspotas ditadores.

A discussão acerca da importância do voto e da eleição, dentro da dinâmica política do sistema coronelista no Rio Grande do Sul, é importante já que o mesmo era utilizado para consolidar e legitimar a escolha dos cidadãos, mas de fato pode-se observar que a organização do processo eleitoral, materializada sobre a ótica da disciplinarização do eleitorado, contribuiu para o PRR se concretizar nas bases de seu programa partidário. Lembrando que o modelo de organização do PRR se dava através da formação de clubes republicanos nas cidades do interior, a realização de congressos para discussões teóricas e o uso doutrinário da imprensa, com o jornal *A Federação*. Criando-se assim uma “estrutura partidária hierarquizada e disciplinada”⁵ (LOVE, 1971, p. 139).

Segundo Castilhos expressou nas páginas d'*A Federação*, os Estados que seguem os mecanismos eleitorais da representatividade liberal acabam por constituir a composição de seu

³ PACHECO, Ricardo de Aguiar. Conservadorismo na tradição liberal: Movimento Republicano (1870-1889). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2. p. 153.

⁴ ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: S/Ed.. 1922.

⁵ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

governo com indivíduos sem os necessários conhecimentos da ciência política, fundamentais para o exercício de suas funções, principalmente no âmbito do ideal positivista, tão defendido por ele. Em editorial do mesmo periódico, do dia 27 de maio de 1884, Castilhos explicita sua concepção acerca do processo eleitoral. Escrevendo que

A organização dos governos n'este paiz constitúe um dos traços característicos do regimento actual, e importa ao mesmo tempo o desconhecimento dos salutareos preceitos da sciencia politica.

Nos paizes que seguem um desenvolvimento normal, em que a opinião exerce o seu influxo natural, em que os partidos que fornecem o pessoal dirigente, vivem d'esse influxo, - os governos não se organisam arbitrariamente, sem atender á competência provada dos seus membros.

Nos paizes em taes condições, os homens que fazem parte do governo são precisamente aquelles que têm atraz de si um passado que demonstra de uma maneira ou de outra a sua competencia, aquelles que merecem a confiança publica por seus trabalhos, aquelles que estudam as aspirações do paiz, indicam os meios de eliminar gradualmente os obstáculos á sua realização.⁶

Defendendo, assim, a necessidade da competência comprovada do governante para ocupar algum cargo de governo. Entendendo que a estruturação de um Estado deve se basear no governo de administradores qualificados tanto técnica e cientificamente, quanto moralmente, dentro de uma composição política baseada no unipartidarismo e no mando unipessoal de um chefe possuidor da súpula das aspirações sociais.

Desta forma o estado castilhista-borgista, após ascender ao poder de maneira hegemônica com o fim da Revolução Federalista, usou do processo eleitoral para encontrar sua legitimidade política, abolindo a possibilidade de uma ação revolucionária para a instalação e efetivação da república. Para o partido em questão, as eleições se tornaram “armas de manipulação” à consolidação da legitimidade, manutenção da estabilidade e o continuísmo político.

Importante destacar o papel que a Revolução Federalista teve para a consolidação do modelo republicano de governo do PRR no estado. Mesmo que, com toda a certeza, essa não fosse a intenção dos federalistas quando resolveram pegar em armas e lutar contra o governo do PRR, o resultado foi o exato oposto do desejo dos mesmos.

A Revolução Federalista mobilizou as forças dos federalistas que marcharam do Uruguai para o Rio Grande do Sul, dando início ao conflito. O primeiro objetivo dos revoltosos era conquistar a cidade de Bagé, “centro militar importante e ponta dos trilhos da ferrovia para Rio Grande”⁷. Não conseguindo sucesso em tal empreitada partiram para o norte do estado e marcharam em direção a Santa Catarina e ao Paraná, obtendo mais êxito por lá, mas sempre tentando, sem o

⁶ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre: n. 121, Anno I, 27 de maio de 1884. Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 05 jun. 2016.

⁷ FRANCO, Sergio Costa. *A Guerra Civil de 1893*. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2012. p. 52.

desejado sucesso, tomar pontos estratégicos aqui no sul, como a cidade de Rio Grande, por exemplo.

Para Franco⁸ a derrota dos federalistas ocorreu ainda em 1894, no dia 27 de junho, nas proximidades da cidade de Passo Fundo (atual distrito de Pulador), quando as tropas de Gumercindo Saraiva, que vinham em marcha do Paraná, foram derrotadas pelos legalistas. Mas a rendição oficial só ocorreu mais de um ano depois, em 23 de agosto de 1895, quando foi lavrada a ata final de pacificação na cidade de Pelotas, entre os generais Inocêncio de Galvão (legalista) e Joca Tavares (revolucionário).

Entende-se que a principal consequência política da Revolução Federalista foi o triunfo do projeto de estado idealizado por Júlio de Castilhos, exatamente o contrário do que a revolução pretendia. Entretanto, para a concretização e estabilidade deste novo governo, foi necessário ao PRR estabelecer bases políticas, administrativas e sociais de baixo para cima, por meio da adesão e apoio dos poderes políticos locais.

Sandra Pesavento, ao concluir um parágrafo no qual fala sobre os meios adotados por Borges de Medeiros para se colocar como o consolidador da República no Rio Grande do Sul, bem lembra que “não é possível pensar em tão longa hegemonia sem o respaldo de parte significativa dos membros”⁹ da sociedade na qual o mesmo se consolidou.

É notório que a derrota dos federalistas na revolução homônima, em 1895, tornou o PRR ainda mais hegemônico no estado. Apesar disso não se pode desconsiderar que “a divisão do Rio Grande do Sul em duas cores não havia terminado”¹⁰. A oposição ao PRR não desapareceu, mas ficou por um tempo esmaecida. Porém é inegável seu crescimento quando se analisa, por exemplo, o pleito de 1922 e a consequente Revolução de 1923, na qual o bipartidarismo rio-grandense reapareceu, pela última vez, ainda em sua forma clássica.

Todas as medidas citadas acima, postas em prática conjuntamente, permitiram ao PRR a liderança disparada na política estadual. Prova concreta disso são os pleitos sem oposição ou as vitórias nas urnas com margens consideráveis de votos. Obviamente se entende que tais resultados provinham do emprego quase que descarado de fraudes. Mas até para ter a liberdade de lançar mão de práticas fraudulentas se fazia necessário o controle, o domínio da política estadual.

⁸ FRANCO, Sergio Costa. *A Guerra Civil de 1893*. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2012.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL: DIVERGS, 1990. p. 34.

¹⁰ DOBKE, Pablo Rodrigues. Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904). *Dissertação de Mestrado*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. p. 78.

A prática coronelista no governo Borges de Medeiros

A questão central para essa pesquisa é como se apresentava a relação política do presidente do Estado Sr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, durante seus dois primeiros mandatos (1898-1908), com os coronéis sediados na fronteira, território reconhecido como reduto federalista, que são nomeados por Loiva Félix, em sua obra *Coronelismo, borgismo e cooptação política*¹¹, de *coronéis maragatos*.

O conceito de coronelismo perpassa toda a história do Brasil Império e República, tendo essa prática se consolidado também no Rio Grande do Sul. Muitos historiadores, como o fez René E. Gertz¹², questionam o fato de que pouco se discute acerca do tema na contemporaneidade. E não é intenção desse trabalho fazer uma discussão historiográfica a fim de apresentar novos vieses de entendimento para tal conceito. O que se fará aqui é uma breve discussão acerca do que foi produzido sobre a temática do coronelismo no que tange a historiografia do Rio Grande do Sul, a fim de observar como são tidas as relações coronelistas (explicitadas no início do texto) dentro das mesmas. Buscando entender se o que ocorreu entre os *coronéis maragatos* e o governo Borges de Medeiros se enquadra em um dos modelos já dispostos.

Na clássica obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de 1948, o autor apresenta sua intenção de examinar o sistema coronelista, segundo o próprio “o coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município”¹³. Entendendo o coronelismo como uma complexa rede de relações que tinha em seus extremos, de um lado o coronel, e de outro o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos entre eles. Para Leal¹⁴, o coronelismo teria surgido na confluência de um fato político (a implantação do federalismo) com uma conjuntura econômica (a decadência econômica dos fazendeiros).

O historiador José Murilo de Carvalho entende que

O coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde

¹¹ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

¹² GERTZ, René E. O Sonderweg do Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 215-231, jul./dez. 2011.

¹³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978. p. 13.

¹⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.¹⁵

Seguindo essa interpretação de troca de favores e vantagens, Sérgio da Costa Franco elaborou seu comentário acerca do coronelismo dentro do Rio Grande do Sul, criando a denominação de *coronéis burocratas*, abordagem que também foi defendida posteriormente por Joseph Love, em *O regionalismo gaúcho*. Franco entendia os coronéis do Rio Grande do Sul como burocratas, pois os via como “inteiramente submisso à executiva do partido e ao presidente”¹⁶ do estado.

Love, ao trabalhar com tal ideia, colocou que

Em outros estados, o coronel obtinha usualmente sua posição no partido oficial em função de seu poder econômico e prestígio social dentro de certa área. Apesar de estes fatores terem um significado no Rio Grande, existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome *coronel burocrata*.¹⁷

Portanto, segundo esses autores, cabia aos coronéis, durante o governo de Borges de Medeiros, seguir as decisões que vinham tanto da Presidência do Estado, quanto da chefatura do partido, sem o fortalecimento de sua autonomia.

Já Loiva Otero Félix compôs uma tese, apresentada em *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, em que trabalhou com a ideia de autonomia dos coronéis durante o borgismo. O enfoque da historiadora foram os coronéis da região serrana do Planalto Médio Victor Dumoncel Filho e Valzumiro Dutra.

Analisando as correspondências recebidas por esses coronéis, Félix¹⁸ identificou que os mesmos possuíam autonomia de ação, mas com um modelo diferente do dos coronéis do Império. Após a Revolução de 1893 Castilhos teria percebido a força dos coronéis locais, reforçando “sua estratégia de montar as próprias bases de apoio local”, tendo essa política se aprimorado com Borges de Medeiros, “que estabeleceu nova articulação do poder do governo estadual com os poderes locais” abrindo uma nova área de influência e apoio no Planalto Médio. Esse novo pacto

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

¹⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1962. p. 215.

¹⁷ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 84.

¹⁸ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 80.

teria sido, segundo Loiva Félix, “o responsável pelo chamado *modelo borgista*”¹⁹. E em tal modelo se uniam as práticas de cooptação e a coerção.

Conclusão

Dados os conhecimentos já produzidos acerca da prática coronelista no estado do Rio Grande do Sul durante o período da República Velha, investiga-se como tal prática se dava na região da Campanha. Em um contexto político de mando de um partido extremamente organizado e que lançava mão de todos os meios necessários, segunda sua própria abordagem, e efetivos para sustentar seu controle. Não bastando tal, ainda havia a presença da oposição federalista, que tinha na fronteira seu reduto, já que muitos dos opositores eram, antes de tudo, senhores de terras na Campanha e no Uruguai.

Diante de tal conjuntura questiona-se como o Presidente do Estado, que rearticulou todas as suas bases de comando a fim de se manter firme no poder após a morte do líder máximo do partido, lidou com essa região do Rio Grande do Sul e, logicamente, com os líderes oposicionistas que ali residiam.

¹⁹ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.